

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **DECISÃO DO PREGOEIRO:**

Não Procede. TERMO

ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº. 497/2019/ALFA/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 0021.171360/2019-65

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, higienização e conservação predial.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro, designado por meio da Portaria Nº 77/GAB/SUPEL/RO publicada no DOE do dia 23.06.2020, em atenção ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa RC RAMOS COMERCIO LTDA, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da Legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

#### I – DA ADMISSIBILIDADE

A empresa VERDE NORTE LTDA ME, manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno e anexou suas razões de recurso junto ao Sistema Comprasnet, conforme consta nos autos (0012413729)

Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, o Pregoeiro recebe e conhece o Recurso interposto, por reunir as hipóteses legais, intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerado TEMPESTIVO e encaminhado POR MEIO ADEQUADO.

#### II – DAS RAZÕES DO RECURSO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa VERDE NORTE LTDA ME, devido a decisão do Pregoeiro que a inabilitou pelo envio de contrato social não registrado na respectiva junta comercial.

Em síntese, o recorrente afirma que a decisão inabilitatória é ilegal, tendo em vista que seu contrato social devidamente registrado na junta comercial está juntado no SICAF e, consoante previsão dos itens 13.1.2 e 13.2.1 do instrumento convocatório, deveriam ser utilizado para fins de habilitação.

Por fim, registra que não houve consulta ao SICAF, razão pela qual requer o acolhimento do recurso administrativo, bem como a reavaliação de sua habilitação.

#### III – DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO:

Em breves registros, a contrarrazoante que o contrato social pode ter sido juntado a posteriori, pois o SICAF não registra a data de inserção dos documentos.

Além disso, registra que

#### VI – DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da

impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Sem maiores extensões, é necessário trazer à baila que na data da inabilitação ora discutida (29/06/2020) este Pregeiro, ao detectar a ausência de registro na junta comercial no contrato social, procedeu análise ao SICAF para verificar se o contrato social ali juntado poderia ensejar a habilitação do recorrente.

No entanto, verifiquei que o contrato social anexado aos documentos de habilitação era o mesmo do anexado ao SICAF, razão pela qual se fundamentou a decisão inabilitatória.

Dessa forma, recebi com muita estranheza as razões recursais, razão pela qual abri um chamado junto ao Portal de Serviços do Comprasnet para verificar se houve alteração posterior de tal documento.

Confirmando minhas conclusões, a recorrente realizou juntada posterior do contrato social - agora devidamente autenticado e registrado na junta comercial -, como se observa nos prints encaminhados pela Central de Atendimento do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Ministério da Economia:

Observe que tal modificação foi realizada após a sua inabilitação (29/06/2020), pois foi procedida horas após a sua intenção de recurso, consoante se depreende da ata do pregão em apreço:

Diante desse cenário, desnecessário se faz realizar maiores desdobramentos sobre a matéria em discussão, já que não houve encaminhamento de contrato social devidamente autenticado na junta comercial e o SICAF, no ato da verificação, não supria a exigência editalícia. Em verdade, estamos diante de um comportamento absolutamente reprovável por parte da recorrente.

Dessa feita, estando devidamente comprovado a legalidade da inabilitação e o comportamento inidôneo da recorrente, requer-se, após a apreciação do recurso administrativo, a imediata instauração de processo administrativo sancionatório.

## V – DA DECISÃO

Desta feita, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, conforme consulta aos autos e com base na legislação pertinente, opinamos pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se TEMPESTIVO, julgando-o totalmente IMPROCEDENTE, mantendo inalterada a decisão recorrida.

Submete-se a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Por derradeiro, que seja instaurado processo administrativo sancionatório, tendo em vista que a conduta praticada "comportamento inidôneo" figura no Art. 7º, da Lei n. 10.520/02.

Porto Velho/RO, 08 de setembro de 2020

IAN BARROS MOLLMANN

Pregoeiro SUPEL/RO

**[Voltar](#)**   **[Fechar](#)**

**Aviso 06/10/2020 11:10:45**

TERMO ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO: Nº. 497/2019/ALFA/SUPEL/RO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 0021.171360/2019-65 OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, higienização e conservação predial. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro, designado por meio da Portaria Nº 77/GAB/SUPEL/RO publicada no DOE do dia 23.06.2020, em atenção ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa RC RAMOS COMERCIO LTDA, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da Legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue. I – DA ADMISSIBILIDADE A empresa VERDE NORTE LTDA ME, manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno e anexou suas razões de recurso junto ao Sistema Comprasnet, conforme consta nos autos (0012413729) Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, o Pregoeiro recebe e conhece o Recurso interposto, por reunir as hipóteses legais, intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerado TEMPESTIVO e encaminhado POR MEIO ADEQUADO. II – DAS RAZÕES DO RECURSO Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa VERDE NORTE LTDA ME, devido a decisão do Pregoeiro que a inabilitou pelo envio de contrato social não registrado na respectiva junta comercial. Em síntese, o recorrente afirma que a decisão inabilitatória é ilegal, tendo em vista que seu contrato social devidamente registrado na junta comercial está juntado no SICAF e, consoante previsão dos itens 13.1.2 e 13.2.1 do instrumento convocatório, deveriam ser utilizado para fins de habilitação. Por fim, registra que não houve consulta ao SICAF, razão pela qual requer o acolhimento do recurso administrativo, bem como a reavaliação de sua habilitação. III – DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO: Em breves registros, a contrarrazoante que o contrato social pode ter sido juntado a posteriori, pois o SICAF não registra a data de inserção dos documentos. Além disso, registra que VI – DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93. Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado. Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL. As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público. Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes. Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, resembrados os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório. Sem maiores extensões, é necessário trazer a baila que na data da inabilitação ora discutida (29/06/2020) este Pregoeiro, ao detectar a ausência de registro na junta comercial no contrato social, procedeu análise ao SICAF para verificar se o contrato social ali juntado poderia ensejar a habilitação do recorrente. No entanto, verifiquei que o contrato social anexado aos documentos de habilitação era o mesmo do anexado ao SICAF, razão pela qual se fundamentou a decisão inabilitatória. Dessa forma, recebi com muita estranheza as razões recursais, razão pela qual abri um chamado junto ao Portal de Serviços do Comprasnet para verificar se houve alteração posterior de tal documento. Confirmando minhas conclusões, a recorrente realizou juntada posterior do contrato social - agora devidamente autenticado e registrado na junta comercial -, como se observa nos prints encaminhados pela Central de Atendimento do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Ministério da Economia: Observe que tal modificação foi realizada após a sua inabilitação (29/06/2020), pois foi procedida horas após a sua intenção de recurso, consoante se depreende da ata do pregão em apreço: Diante desse cenário, desnecessário se faz realizar maiores desdobramentos sobre a matéria em discussão, já que não houve encaminhamento de contrato social devidamente autenticado na junta comercial e o SICAF, no ato da verificação, não supria a exigência editalícia. Em verdade, estamos diante de um comportamento absolutamente reprovável por parte da recorrente. Dessa feita, estando devidamente comprovado a legalidade da inabilitação e o comportamento inidôneo da recorrente, requer-se, após a apreciação do recurso administrativo, a imediata instauração de processo administrativo sancionatório. V – DA DECISÃO Desta feita, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, conforme consulta aos autos e com base na legislação pertinente, opinamos pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se TEMPESTIVO, julgando-o totalmente IMPROCEDENTE, mantendo inalterada a decisão recorrida. Submete-se a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações. Por derradeiro, que seja instaurado processo administrativo sancionatório, tendo em vista que a conduta praticada "comportamento inidôneo" figura no Art. 7º, da Lei n. 10.520/02. Porto Velho/RO, 08 de setembro de 2020 IAN BARROS MOLLMANN Pregoeiro SUPEL/RO

# Julgamento – Pregão Eletrônico – 497/2019

06 de outubro de 2020 | Governo do Estado de Rondônia

## TERMO

### ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº. 497/2019/ALFA/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 0021.171360/2019-65

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, higienização e conservação predial.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro, designado por meio da Portaria Nº 77/GAB/SUPEL/RO publicada no DOE do dia 23.06.2020, em atenção ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa RC RAMOS COMERCIO LTDA, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da Legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

#### I – DA ADMISSIBILIDADE

A empresa VERDE NORTE LTDA ME, manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno e anexou suas razões de recurso junto ao Sistema Comprasnet, conforme consta nos autos (0012413729)

Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, o Pregoeiro recebe e conhece o Recurso interposto, por reunir as hipóteses legais, intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerado TEMPESTIVO e encaminhado POR MEIO ADEQUADO.

#### II – DAS RAZÕES DO RECURSO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa VERDE NORTE LTDA ME, devido a decisão do Pregoeiro que a inabilitou pelo envio de contrato social não registrado na respectiva junta comercial.

Em síntese, o recorrente afirma que a decisão inabilitatória é ilegal, tendo em vista que seu contrato social devidamente registrado na junta comercial está juntado no SICAF e, consoante previsão dos itens 13.1.2 e 13.2.1 do instrumento convocatório, deveriam ser utilizado para fins de habilitação.

Por fim, registra que não houve consulta ao SICAF, razão pela qual requer o acolhimento do recurso administrativo, bem como a reavaliação de sua habilitação.

#### III – DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO:

Em breves registros, a contrarrazoante que o contrato social pode ter sido juntado a posteriori, pois o SICAF não registra a data de inserção dos documentos.

Além disso, registra que

#### VI – DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os

princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Sem maiores extensões, é necessário trazer a baila que na data da inabilitação ora discutida (29/06/2020) este Pregeiro, ao detectar a ausência de registro na junta comercial no contrato social, procedeu análise ao SICAFA para verificar se o contrato social ali juntado poderia ensejar a habilitação do recorrente.

No entanto, verifiquei que o contrato social anexado aos documentos de habilitação era o mesmo do anexado ao SICAFA, razão pela qual se fundamentou a decisão inabilitatória.

Dessa forma, recebi com muita estranheza as razões recursais, razão pela qual abri um chamado junto ao Portal de Serviços do Comprasnet para verificar se houve alteração posterior de tal documento.

Confirmando minhas conclusões, a recorrente realizou juntada posterior do contrato social – agora devidamente autenticado e registrado na junta comercial -, como se observa nos prints encaminhados pela Central de Atendimento do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Ministério da Economia:

Observe que tal modificação foi realizada após a sua inabilitação (29/06/2020), pois foi procedida horas após a sua intenção de recurso, consoante se depreende da ata do pregão em apreço:

Diante desse cenário, desnecessário se faz realizar maiores desdobramentos sobre a matéria em discussão, já que não houve encaminhamento de contrato social devidamente autenticado na junta comercial e o SICAFA, no ato da verificação, não supria a exigência editalícia. Em verdade, estamos diante de um comportamento absolutamente reprovável por parte da recorrente.

Dessa feita, estando devidamente comprovado a legalidade da inabilitação e o comportamento inidôneo da recorrente, requer-se, após a apreciação do recurso administrativo, a imediata instauração de processo administrativo sancionatório.

#### V – DA DECISÃO

Desta feita, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, conforme consulta aos autos e com base na legislação pertinente, opinamos pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se TEMPESTIVO, julgando-o totalmente IMPROCEDENTE, mantendo inalterada a decisão recorrida.

Submete-se a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Por derradeiro, que seja instaurado processo administrativo sancionatório, tendo em vista que a conduta praticada “comportamento inidôneo” figura no Art. 7º, da Lei n. 10.520/02.

## Leia Mais

- Governo de Rondônia enaltece o Dia da Pátria e homenageia profissionais da saúde e segurança pública (<http://w...>)
- Segurança Pública de Rondônia recebe reforço de 115 veículos equipados com recursos de alta tecnologia (<http://...>)
- Servidores de Rondônia pendentes e reprovados na atualização cadastral tem até o dia 16 de agosto para regulari...
- Contratações emergenciais transparentes garantem a Rondônia 1º lugar em classificação internacional durante a ...
- Na palma da mão, nova versão do aplicativo do Sistema Eletrônico de Informações está disponível em Rondônia (h...

Todas as Notícias (<http://www.rondonia.ro.gov.br/supel/noticias/>)

### Fonte

Secom - Governo de Rondônia

### 📁 Categorias

## Compartilhe

📧 Whatsapp ([whatsapp://send?text=Julgamento – Pregão Eletrônico – 497/2019 http://www.rondonia.ro.gov.br/aviso-licitacao/rascunho-automatico-3259/](https://whatsapp://send?text=Julgamento%20-%20Preg%C3%A3o%20Eletr%C3%B4nico%20-%20497/2019%20http://www.rondonia.ro.gov.br/aviso-licitacao/rascunho-automatico-3259/))

Tweetar



(<http://data.portal.sistemas.ro.gov.br/2019/09/Book-Rondonia-V12.pdf>)



(<http://www.odr.ro.gov.br/>)



(<http://transparencia.ro.gov.br/>)



(<http://www.sistemas.ro.gov.br/>)



(<http://sispar.sistemas.ro.gov.br/>)



(<http://www.rondonia.ro.gov.br/ouvidoria/institucional/faca-sua-manifestacao/>)



COMPRASNET  
Pregão Eletrônico



**Aviso 06/10/2020 11:18:53**

Decisão nº 149/2020/SUPEL-ASSEJUR À Equipe de Licitação ALFA Processo administrativo n. 0021.171360/2019-65 - PE nº 497/2019/ALFA/SUPEL/RO. Interessado: Polícia Militar do Estado de Rondônia - PM/RO. Assunto: Análise de Julgamento de Recurso Em consonância com os motivos expostos na análise de recurso (0013411191) e ao Parecer 756 (0013487763) proferido pela Procuradoria Geral do Estado, o qual opinou pela MANUTENÇÃO do julgamento do Pregoeiro. DECIDO: Conhecer e julgar IMPROCEDENTE o recurso interposto pela recorrente VERDE NORTE LTDA ME, mantendo-a inabilitada no certame. Em consequência, MANTENHO a decisão do Pregoeiro. Ao Pregoeiro para dar ciência às empresas e outras providências aplicáveis à espécie. MARCIO ROGERIO GABRIEL SUPERINTENDENTE SUPEL

Fechar

# Julgamento – Pregão Eletrônico – 497/2019

06 de outubro de 2020 | Governo do Estado de Rondônia

Decisão nº 149/2020/SUPEL-ASSEJUR

À Equipe de Licitação ALFADecisão nº 149/2020/SUPEL-ASSEJUR

À Equipe de Licitação ALFA

Processo administrativo n. 0021.171360/2019-65 – PE nº 497/2019/ALFA/SUPEL/RO.

Interessado: Polícia Militar do Estado de Rondônia – PM/RO.

Assunto: Análise de Julgamento de Recurso

Em consonância com os motivos expostos na análise de recurso (0013411191) e ao Parecer 756 (0013487763) proferido pela Procuradoria Geral do Estado, o qual opinou pela MANUTENÇÃO do julgamento do Pregoeiro.

DECIDO:

Conhecer e julgar IMPROCEDENTE o recurso interposto pela recorrente VERDE NORTE LTDA ME, mantendo-a inabilitada no certame.

Em consequência, MANTENHO a decisão do Pregoeiro.

Ao Pregoeiro para dar ciência às empresas e outras providências aplicáveis à espécie.

MARCIO ROGERIO GABRIEL

SUPERINTENDENTE SUPEL

[Leia Mais](#)

- Governo de Rondônia enaltece o Dia da Pátria e homenageia profissionais da saúde e segurança pública (<http://w...>)
- Segurança Pública de Rondônia recebe reforço de 115 veículos equipados com recursos de alta tecnologia (<http://...>)
- Servidores de Rondônia pendentes e reprovados na atualização cadastral tem até o dia 16 de agosto para regulari...
- Contratações emergenciais transparentes garantem a Rondônia 1º lugar em classificação internacional durante a ...
- Na palma da mão, nova versão do aplicativo do Sistema Eletrônico de Informações está disponível em Rondônia (h...

Todas as Notícias (<http://www.rondonia.ro.gov.br/supel/noticias/>)

## Fonte

Secom - Governo de Rondônia

📁 Categorias

## Compartilhe

📧 Whatsapp ([whatsapp://send?text=Julgamento – Pregão Eletrônico – 497/2019 http://www.rondonia.ro.gov.br/aviso-licitacao/rascunho-automatgico-3260/](https://whatsapp://send?text=Julgamento%20-%20Preg%C3%A3o%20Eletr%C3%B4nico%20-%20497/2019%20http://www.rondonia.ro.gov.br/aviso-licitacao/rascunho-automatgico-3260/))

🐦 Tweetar

**CONHEÇA  
ESTRATÉ  
2019-2023**



(<http://www.odr.ro.gov.br/>)

**CLIQUE E VEJA**

(<http://data.portal.sistemas.ro.gov.br/2019/09/Book-Rondonia-V12.pdf>)

Portal da  
**Transparência**  
do Estado de Rondônia



(<http://transparencia.ro.gov.br/>)

**SISTEMAS**  
DO GOVERNO DO  
ESTADO DE RONDÔNIA

(<http://www.sistemas.ro.gov.br/>)

**ACESSE:**



(<http://sispar.sistemas.ro.gov.br/>)



**OUVIDORIA**  
**OUVI**  
**DORIA**

(<http://www.rondonia.ro.gov.br/ouvidoria/institucional/faca-a-sua-manifestacao/>)